

2013

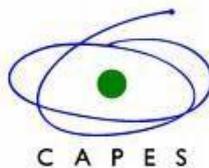
**PARTICIPAÇÃO DAS/DOS BOLSISTAS EM EVENTOS
CIENTÍFICOS
(COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO)**



**II FÓRUM DO ENSINO MÉDIO: CEPAE - Apresentação do PIBID de
Filosofia aos alunos e professores
27 de maio de 2013**

Evandson Paiva Ferreira¹
Thaís Rodrigues de Souza²

1. **O que é o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).** É um programa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento da formação de docentes para a educação básica.



2. O PIBID oferece bolsas para que estudantes de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Os bolsistas são orientados por coordenadores de área (docentes das licenciaturas) e por supervisores (docentes das escolas públicas) onde exercem suas atividades.
3. O PIBID foi criado em 2007 e conta, atualmente, com 196 instituições de ensino superior envolvidas com as atividades do programa; 4.160 escolas públicas parceiras e 49.231 bolsistas.
4. O curso de licenciatura em Filosofia da UFG se integrou ao programa em 2010. Desde então, o PIBID acolheu 25 bolsistas, dos quais 13 já se formaram. Atualmente, somos 12 (10 bolsistas que recebem uma bolsa mensal de R\$ 400,00 e 02 bolsistas voluntários).
5. Iniciamos nosso trabalho no Colégio Estadual Pré-Universitário (antigo COLU) em 2010 e permanecemos nesta escola até dezembro de 2012. Em 1º de abril de 2013, os bolsistas passaram a desenvolver suas atividades no CEPAE, na disciplina acessória “*Filosofia das Luzes: o Iluminismo e seus herdeiros*” oferecida pelo atual professor supervisor do PIBID-Filosofia/UFG, Evandson Paiva Ferreira.

¹ Professor Supervisor do PIBID Filosofia / CEPAE.

² Bolsista do PIBID Filosofia / CEPAE.

6. O PIBID é um programa de formação inicial de professores e, por isso mesmo, como estudantes de filosofia, sempre foi nossa preocupação não separar a pesquisa filosófica das atividades de ensino. Além disso, sempre foi, também, nossa preocupação não perder o foco do que devemos compreender por formação. Procuramos nos afastar do uso indiscriminado que identifica formação com transmissão de informações, desenvolvimento de competências ou difusão pura e simples de conhecimentos. Por aprendizagem formativa entendemos as transformações que são operadas na constituição da subjetividade daquele que aprende.
7. No trabalho que desenvolvemos até o momento, nossa prioridade foi pautar o ensino de filosofia em atividades que contribuam para a formação filosófica dos nossos jovens: a leitura dos filósofos e a escrita de textos filosóficos. Ao longo de três anos, foi esse o foco do nosso trabalho no Colégio Estadual Pré-Universitário, por meio da oferta aos estudantes de *Oficinas Temáticas de Leitura e Escrita de Textos Filosóficos*. Nestas, lemos os filósofos que estudamos: Aristóteles; Schopenhauer; Nietzsche; Hannah Arendt; Michel Foucault; Theodor Adorno; Pierre Lévy, entre outros. Nestas oficinas, os estudantes do ensino médio produziram, também, textos filosóficos e se entusiasmaram com essa atividade.
8. No CEPAE, os temas trabalhados nessas oficinas têm sido retomados em aulas que vêm sendo ministradas pelos bolsistas, como também em uma oficina oferecida aos alunos, sobre os seguintes temas:
 1. *“O que significa sob a ótica da vida - a moral?” - a moral como problema em Nietzsche*
 2. *Revolução e liberdade nas obras de arte dos séculos XVIII e XIX e no pensamento de Hannah Arendt*
 3. *A leitura de Foucault sobre o texto de Kant: O que é o Esclarecimento?”*
 4. *Indústria cultural*
 5. *Uma leitura filosófica da sociedade digital*
 6. *A sociedade de consumidores e sua promessa de felicidade*
 7. *O caráter vulnerável da vida na modernidade biopolítica*
 8. *O sentido da liberdade e da igualdade para Tocqueville*
 9. *Notas sobre a ideia do belo em Schopenhauer*
 10. *A importância da educação estética em Schiller*
 11. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*
 12. *Leitura estrutural do texto filosófico (oficina).*
9. Desde que ingressamos no PIBID, levamos adiante um trabalho de pesquisa com o objetivo de buscar referências na tradição filosófica para pensar nossa atuação como professores de filosofia. O livro *“Filosofia: entre o ensino e a pesquisa – ensaios de formação”* (publicado em 2012; Edições Ricochete: Goiânia) reúne 6 (seis) artigos escritos pelos bolsistas, fruto das nossas pesquisas e experiências que tivemos, em contato direto e pessoal, com a escola pública na qual desenvolvemos nossas atividades.



Goiânia: Edições Ricochete, 2012 (ISBN: 978-85-400-0469-6)

10. Fiquemos, para encerrar, com as palavras de Nietzsche:

“Enquanto eles [o filósofo se refere aos ginásios alemães que correspondem ao nosso ensino médio] não considerarem como um dever sagrado a disciplina prática mais minuciosa da palavra e da escrita, enquanto tratarem a língua materna como se ela fosse um mal necessário ou um corpo morto, eu não poderei incluir esses estabelecimentos de ensino entre as instituições consagradas à verdadeira cultura [...]. Saber falar e escrever significa tornar-se livre”.

Trabalho apresentado no XXIX Encontro Nacional de Estudantes de Filosofia (ENEFIL) Parahyba 2013(UFPB) - João Pessoa – PB

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: desafios de uma filosofia transgressora

Joaquim Onofre Silva Neto

A proposta deste trabalho tem como objetivo fundamental discutir o fenômeno da violência escolar. Nesse sentido, seu suporte investigativo apoia-se na hipótese do poder de ação da violência se intensificar quando associado a espaços que reforçam a banalização das relações interpessoais. Isso pode ser constatado em alguns setores da sociedade civil que, a despeito de se dedicarem à erradicação da violência, não estão conseguindo amenizar os surtos agressivos que acontecem dentro de seus próprios espaços, principalmente pelo tratamento superficial que dispensam a um tema tão problemático. É o caso do ambiente escolar, que mesmo sendo um local destinado à construção de uma sociedade mais civilizada e tolerante, não está obtendo grandes resultados no combate às manifestações violentas da sociedade contemporânea. Ao que parece, essa dificuldade advém, primeiramente, do conflito que existe entre os interesses dos alunos e os conteúdos das disciplinas curriculares, o que estabelece uma espécie de abismo entre os primeiros e os objetivos da escola, impossibilitando ou, no mínimo, dificultando a construção de uma relação de confiança e envolvimento entre ambos. Com efeito, se o adolescente não consegue expressar a angústia proveniente dos processos de transformações inerentes a sua idade através da tradução de sua agressividade em um sistema simbólico potencialmente capaz de atenuar o seu conflito pubertário interno, fatalmente o acúmulo de barreiras para a sua expressividade irá desembocar na manifestação agressiva de atos delinquentes. Com efeito, a escola não está criando caminhos para escoar os desejos reprimidos dos adolescentes de maneira proveitosa. Desse modo, cabe investigar em que sentido o hiato

interposto entre a escola e o aluno pode ser capaz de auxiliar no entendimento da formação e disseminação da violência. Além disso, este trabalho também pressupõe que em virtude da proximidade que a Filosofia tem com as artes e com a política, núcleos de expressão por excelência, ela teria a capacidade de promover novas práticas para a manifestação do pensamento na sala de aula. Dessa maneira, é necessário também compreender como a Filosofia, enquanto disciplina curricular, poderia contribuir para mitigar a violência no espaço escolar, transgredindo o modelo pedagógico oficial e o modo como ele cria empecilhos para as manifestações espontâneas dos alunos.

**Trabalhos apresentados no XVI Encontro Nacional de Pesquisa na
Graduação em Filosofia/USP - São Paulo – SP.**

**A LINGUAGEM COMUM COMO UM POSSÍVEL OBSTÁCULO À
COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS FILOSÓFICOS**

Aldecir da Cruz dos Santos Ferreira
Faculdade de Filosofia /UFG - Bolsita PIBID/Capes
aldecirdossantos@gmail.com

Tendo em vista que a disciplina de filosofia tornou-se obrigatória no Ensino Médio, trata-se de saber como mostrar para os alunos o conhecimento filosófico. O que podemos fazer para que a filosofia seja acessível para estes alunos, uma vez que as aulas de filosofia devem ser filosóficas? Essas questões de cunho metodológico sugerem pensar em estratégias de ensino adequadas para dar conta do problema ligado à linguagem comum, por meio de uma investigação que busque detectar se esta linguagem dificulta o aprendizado da filosofia no Ensino Médio. Para isso, é necessário descobrir também o que existe de tão complexo na filosofia para o seu aprendizado. À luz do problema posto, a proposta deste trabalho tem como objetivo verificar a relação existente entre a linguagem corrente e o conhecimento filosófico. Partimos da hipótese de que a filosofia esclarece os problemas filosóficos que surgem pelo uso da nossa linguagem comum, ou seja, é um conhecimento que mostra a complexidade do pensamento que expressamos. Por isso, usamos a linguagem completamente analisada para clarificar os problemas filosóficos, já que ela diz a verdade das coisas. Esta linguagem é capaz de mostrar o que está por trás das proposições, ou seja, é uma linguagem que tem a forma lógica do pensamento. Em qualquer proposição, nela já estão contidas as suas condições de verdade ou falsidade. Porém, só percebemos isso através de uma linguagem completamente analisada. Por esta razão, acreditamos haver aí algo que dificulta o ensino de Filosofia, já que a nossa linguagem não tem a riqueza de elementos que possui a linguagem completamente analisada. O problema da linguagem completamente analisada está na sua complexidade, ou seja, ela acompanha a forma lógica do pensamento para poder mostrar as condições de verdade ou falsidade de cada proposição. Ela também nos diz quando é que uma proposição tem sentido ou não tem sentido. A nosso ver, este é um grande problema para os alunos acompanharem os argumentos filosóficos, uma vez que a linguagem comum encobre a estrutura lógica do pensamento. Desse modo, o que propomos neste trabalho é, à luz de uma leitura de Wittgenstein, pensar estratégias metodológicas para o ensino de filosofia, a partir de uma “terapia gramatical”.

Palavras-chave: linguagem; ensino de filosofia; Wittgenstein.

**BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO:
desafios do tempo presente, reflexões para o futuro**

Antonio Ferreira da Silva
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
antonio.afsilva@gmail.com.

Trata-se de discutir e problematizar o modo como a escola, o ensino e a educação se constituíram enquanto ensino público, massificado e gratuito tendo como um de seus objetivos a formação de sujeitos para abastecer o mercado de trabalho seguindo os ditames da lógica econômica. Para orientar a discussão, partiremos do conceito de biopolítica formulado por Michel Foucault. Inicialmente enfocamos a importância da disciplinarização dos corpos para o capitalismo nascente para logo em seguida pontuarmos o *locus* de uma biopolítica das populações. Em seguida centramos a atenção no que Foucault denominou de governamentalidade entendendo esse termo como um governo característico de nossa contemporaneidade: o neoliberalismo econômico. Enquanto chave de inteligibilidade de todos os âmbitos do conhecimento interessa-nos discutir tanto o alcance do neoliberalismo econômico quanto o modo como este determina as análises no campo da educação e as possíveis consequências danosas das conexões entre a educação, a política e a vida.

Palavras-chave: educação; biopolítica; governamentalidade.

**PENSAMENTO CRÍTICO E SOCIEDADE DE MASSAS:
Indústria cultural e filosofia na escola**

Débora Christie Cardoso de Faria
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
adeborafaria@hotmail.com

A preocupação com os rumos da cultura e da educação diante da evidente crise que afeta a ambas nos confronta com a necessidade de discutir a importância de uma cultura que sustente a educação a partir de um diagnóstico da situação em tempos de indústria cultural. O comprometimento da educação com a reprodução das relações sociais de dominação é um fato consumado, já que, com sua existência pautada na realidade da sociedade, não é possível que a escola fique indiferente às implicações de uma crise da cultura. O foco do nosso trabalho é, pois, a situação da educação e do ensino de filosofia e parte de uma análise da cultura como elemento constituinte necessário para a formação do indivíduo em sociedade. Partimos do pressuposto de que, é possível creditar uma certa esperança nas possibilidades inerentes à ação teórica e à intervenção político-pedagógica, pela via do esclarecimento e da conscientização. O modo de autorreflexão crítica que poderia nos conduzir pelos caminhos desta educação não se desvincula da política, da cultura e da ética. Esta educação deve comprometer-se com a criação de um novo *ethos* público, isto é, ela deve ser capaz de promover um novo espírito e outra maneira de ser em relação à técnica, perante o furor compulsivo do consumo tecnológico. Em suma, uma autorreflexão crítica que mantém viva a aposta em uma educação que se pretende emancipatória.

Palavras-chave: indústria cultural; educação; cultura.

CONTRIBUIÇÕES DA LÓGICA PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Eliângela de Araújo Santos
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
eliangela23@hotmail.com

O objetivo do trabalho é apresentar os primeiros passos de uma investigação sobre as contribuições da Lógica para o ensino de filosofia no Ensino Médio. A importância da Lógica para a compreensão dos problemas filosóficos é indiscutível. No entanto, esta ainda é uma área do saber pouco trabalhada no Ensino Médio. Por isso, o que postulamos é a necessidade de se estabelecer uma ligação entre as formas lógicas e as partes estruturantes que compõem os textos filosóficos. Pretendemos mostrar as contribuições da Lógica para a boa argumentação e sua relevância para a compreensão das partes estruturantes dos textos filosóficos e de seus respectivos problemas, dando ênfase às contribuições da Lógica para a escrita bem articulada. Dessa perspectiva, seria necessário, também, explorar novos procedimentos metodológicos que possibilitem tornar mais claros e acessíveis os principais conceitos da Lógica para os alunos da disciplina de Filosofia no Ensino Médio. A partir do exposto, procuraremos mostrar que Lógica e Filosofia são inseparáveis.

Palavras-chave: filosofia; ensino; lógica.

QUANDO A FILOSOFIA E SEU ENSINO ENCONTRAM UM NOVO DESAFIO: A sociedade digital

Francisco José Porfírio Neto
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
fjporfirio@gmail.com

O trabalho busca problematizar as difíceis condições reservadas à filosofia e ao seu ensino, diante de uma geração magnetizada pelos avanços da sociedade digital. Não há um consenso entre aqueles que se dedicam ao ensino de filosofia quanto ao enfrentamento da questão. A emergência da sociedade digital pode significar a “morte anunciada da filosofia”, se partirmos do pressuposto de que o filosofar exige o pensamento rigoroso e estruturado, mas pode significar também que aquilo que faz pensar, pode ser mais importante do que o pensamento. A proposta do trabalho é apontar argumentos a favor e contrários à sociedade digital para, a partir daí, buscar uma compreensão do ciberespaço, na tentativa de pensar as condições do ensino de filosofia em face dessa nova realidade. Feito isso, será possível problematizar a relação dos jovens com a disciplina de filosofia em nossa época. Se é possível suspeitar que o fascínio pela sociedade digital possa levar os jovens à perda do interesse em aprender a pensar, esse fato por si só já constitui um desafio para o pensamento.

Palavras-chave: ensino de filosofia; sociedade digital; pensamento.

A ENTREVISTA COMO POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE FILOSOFIA

Joaquim Onofre Silva Neto
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
rugengas@bol.com.br

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir em que sentido a entrevista enquanto gênero textual pode contribuir de maneira significativa para o ensino da Filosofia. O interesse por esse tema de estudo foi motivado, primeiramente, por um fenômeno bastante comum nas aulas de Filosofia, o qual se refere à relação entre Filosofia e tipo textual, pois apesar de existir uma quantidade vasta e variável de gêneros filosóficos, apenas alguns tipos específicos deles são explorados no espaço da sala de aula, ao passo que outros, como a entrevista, quando não são inteiramente deixados de lado, aparecem de forma vaga para o aluno, ora como um gênero menor dentro da Filosofia, ora como algo que nem mesmo é considerado como parte dela. A partir disso, aqui se busca entender como os alunos reagiriam diante de modelos textuais diferentes daqueles que são trabalhados com certa regularidade pelos professores de filosofia, e com isso avaliar como a exposição ao insólito pode conseguir criar novas práticas pedagógicas referentes ao ensino de Filosofia. Para tanto, este trabalho teve como proposta metodológica, na tentativa de afastar ao máximo o que é propagado pelo academicismo filosófico, a transmissão do pensamento de Hannah Arendt a partir de suas próprias entrevistas ou por meio das entrevistas que foram realizadas sobre ela. Assim, é bom lembrar, que a escolha de Hannah Arendt para esse projeto não foi casual, visto que essa pensadora traduz em si mesma o inconformismo daqueles que não se enquadram em nenhuma categoria. Como elemento final, este trabalho terá como meta a elaboração de uma entrevista com algum estudioso da obra arendtiana, tarefa essa que será levada adiante conjuntamente pelo professor e pelos seus alunos.

Palavras-chave: ensino de filosofia; entrevista; Hannah Arendt.

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, EDUCAÇÃO E CAPITAL HUMANO

Ronaldo Moreira de Souza
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
ronaldomoreira2009@hotmail.com

Neste trabalho examinamos de que modo a noção de *homo oeconomicus*, tal como apresentada por Michel Foucault, no curso *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), pode contribuir para pensarmos os nexos entre a governamentalidade neoliberal, a educação e o problema da constituição do sujeito na atualidade. Partindo da concepção de *homo oeconomicus*, investigamos de que modo se constituem os processos de subjetivação, em um tempo em que de parceiro da troca, o indivíduo foi transformado em “microempresa” e isso significa que, maneiras de pensar e agir passam a ser produzidas por toda uma normatividade econômico-empresarial no sentido de promover as habilidades e competências que o indivíduo deve possuir. O capital humano é, assim, formado a partir de elementos que são inatos, isto é, herdados, e por elementos que são adquiridos pela atenção que os pais

consagram aos filhos, para depois serem aprimorados pela educação. A formação deste capital humano se, de um lado, depende do investimento em educação, de outro, depende do papel fundamental que os pais têm no desenvolvimento da criança. Esse capital humano não é algo negociável que pode ser adquirido no mercado, por exemplo, ou que possa ser vendido. Ele é adquirido, sem dúvida, mas por intermédio de investimento no próprio indivíduo. Desse modo, o homem contemporâneo pode ser caracterizado como aquele que investe em si mesmo, a fim de melhorar o seu capital humano e em consequência obter uma remuneração, pecuniária ou não, a qual significa para ele a renda de seus investimentos em si mesmo e seus benefícios são usufruídos quando ela se converte em sua própria satisfação à medida que ele consome. Em outras palavras, o homem moderno é um empresário de si mesmo, pois na medida em que é um consumidor, ao mesmo tempo é um produtor de sua própria satisfação. Acompanhando as análises de Foucault no referido curso, verificamos que a educação tem uma função importante nessa mudança de comportamento, visto que as formas de gestão do sistema educacional e as teorias que as fundamentam estão respaldadas em concepções neoliberais, cujo objetivo é tornar a educação um mecanismo de formação do “capital humano”. Com efeito, a cultura do empreendedorismo que se difundiu nos meios empresariais depois se disseminou nos espaços socioculturais, são efeitos dessa forma de governamentalidade neoliberal nos domínios da educação, que instituiu como valores normativos o empreendedorismo e o capital humano. Resta saber, portanto, quais as implicações desses investimentos educacionais levados a cabo pelo Estado para os processos de subjetivação e individuação, pois partimos da hipótese de que o sujeito é a dobradiça que conecta as relações entre a educação e a governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: governamentalidade neoliberal; educação; processos de subjetivação.

LEITURA E ESCRITA NO ENSINO DE FILOSOFIA: as contribuições de Nietzsche para pensar uma educação que privilegie a cultura e a singularidade

Thaís Rodrigues de Souza
 Faculdade de Filosofia /UFG
 Bolsita PIBID/Capes
thaisfilos@gmail.com

Sabemos que a educação formal habita instituições escolares de caráter massificador e utilitarista e, também, que a disciplina de Filosofia retorna ao currículo da educação básica em meio a condições precárias de ensino. Somam-se a isso, as muitas dificuldades que os professores enfrentam diante da resistência dos próprios alunos à leitura e à escrita. Nesse contexto, a proposta de aproximar os estudantes do ensino médio das obras filosóficas pode parecer ingênua, no entanto, consideramo-la indispensável. Tal como pensamos, uma proposta metodológica de ensino de filosofia para o nível médio deve estar assentada numa atitude contrária àquela que busca adaptar os programas escolares às deficiências do aluno. Desse modo, a proposta deste trabalho está relacionada ao campo da didática, isto é, ao lugar e à função que devemos atribuir à metodologia do ensino de filosofia. Entretanto, se não podemos perder de vista essa dimensão que perpassa a atividade de qualquer tipo de ensino, em filosofia, certamente, essa atividade requer algo mais. É esse “algo mais” que está em jogo aqui. Partimos da hipótese de que a didática filosófica está intrinsecamente relacionada com o modo pelo qual o professor se apropria do acervo da filosofia para, assim, poder ensiná-la. É dessa perspectiva que, como professores de filosofia, devemos ensinar a ler. Antes, porém, devemos aprender a ler. Neste trabalho, debruçamo-nos na leitura de um

pensador que se ocupou intensamente com o tema, objeto de nosso trabalho. Trata-se de Nietzsche e à importância que este filósofo atribuiu ao aprendizado da leitura e da escrita para a formação dos jovens de sua época. Nietzsche constata as fragilidades do projeto educativo de sua época e propõe às instituições de ensino uma aproximação dos indivíduos com a cultura, com as obras e os homens nobres. Em sua crítica à educação de seu tempo, Nietzsche aponta para o enfraquecimento da cultura. Para ele, a cultura se tornou o cultivo da fraqueza; sua mobilização primeira é a debilidade e sua única força a racionalidade, que se impõe como único móvel, impedindo o desenvolvimento de outras faculdades, como é o caso da sensibilidade. É nesse contexto que surge uma cultura menor ligada ao “eu” e às necessidades cotidianas, que não permite que a educação, a arte e a cultura sejam fins em si mesmos. Com isso, o que Nietzsche propõe é, de um lado, fomentar o desenvolvimento de um homem que não tenha por princípio apenas a satisfação de suas necessidades imediatas e, de outro, uma cultura autêntica que “pressupõe a fusão da vida e da cultura, a partir da necessidade vital de um povo e do desenvolvimento, na ‘justa proporção’, de todos os seus instintos e dons, de modo que frutifiquem em ações e obras e criem, no estilo da obra de arte, uma unidade viva” (DIAS, 2003, p. 87). À luz do exposto e na contramão de um projeto educativo de caráter massificador, em um tempo em que a cultura encontra-se generalizada, há de se repensar o processo educativo na perspectiva da singularização. Eis o propósito desta comunicação.

Palavras-chave: educação; ensino de filosofia; Nietzsche.

ONTOLOGIA DO PRESENTE: o sujeito e seu espaço na atualidade

Túlio Pascal Rios dos Santos
 Faculdade de Filosofia /UFG
 Bolsita PIBID/Capes
tulio_pascal@hotmail.com

A proposta desta comunicação é apresentar uma leitura da primeira aula do curso "O governo de si e dos outros", ministrado por Foucault no Colégio da França (1983-84). Nosso interesse por esse curso e, especialmente por essa aula, recai, em primeiro lugar, na própria explicitação feita por Foucault do seu método de trabalho que ele chamou de “história do pensamento”. Nesta primeira aula, Foucault explicita também claramente seu interesse por uma história vinculada estritamente ao campo das “experiências”, o que coincide com o nosso próprio interesse por uma filosofia que não esteja desvinculada da análise histórica e do campo atual das nossas experiências possíveis. Desse modo, em nossa pesquisa – que se iniciou há apenas seis meses - temos procurado investigar, a partir do pensamento de Foucault, a história por meio da qual, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Nossa preocupação é investigar as condições de possibilidade de outras formas de constituição de nossa subjetividade, para além daquelas que, historicamente, objetivaram o sujeito. Se o que buscamos em nossa investigação, é pensar a constituição de sujeitos ativos, justifica-se o estudo da primeira aula do curso com o qual nos ocupamos – *O governo de si e dos outros* – porque nele, por meio da análise que Foucault faz do texto de Kant: “O que é a Aufklärung?”, podemos encontrar elementos os mais significativos para embasar o diagnóstico do tempo presente. Não só isso. A análise de Foucault do texto kantiano nos coloca diante da exigência de levarmos a cabo a infinita tarefa de libertação. Entendamos libertação como a saída da menoridade, ou seja, uma vida não submetida a guias, tutores e autoridades que controlariam a consciência e a esfera subjetiva. É dessa perspectiva que a

relação do governo de si com o governo dos outros, ganha sentido, pois é nessa relação que, segundo Foucault, se caracteriza o estado de menoridade. Entretanto, o que nos interessa não é só a pesquisa sobre a persistência do “estado de menoridade”, mas a superação desse estado, a saída. É por isso que, na trilha aberta por Foucault, a ontologia histórica de nós mesmos deve responder a uma série aberta de questões relacionadas à seguinte sistematização: como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações. É a partir desses três grandes domínios que pretendemos levar adiante uma investigação que busca colocar a reflexão histórica e crítica à prova das nossas práticas concretas. Se há um campo possível para a sublevação, por qual via poderá se dar “a arte de não ser de tal forma governado”? Afinal, de que maneira podemos ser sujeitos éticos - ou sujeitos morais - de nossas ações?

Palavras-chave: ontologia do presente; subjetividade; Foucault.

**Trabalho apresentado no II Colóquio:
A filosofia e seu ensino
(realizado pelo PIBID-Filosofia/PUC-Goiás)**

**BIOPOLÍTICA E ENSINO DE FILOSOFIA:
UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID**

Antônio Ferreira da Silva
Faculdade de Filosofia /UFG
Bolsita PIBID/Capes
antonio.afsilva@gmail.com.

As intervenções nas escolas mediante políticas públicas desastrosas tem se tornado frequente. Mas as intenções são sempre as mesmas: adequar o ensino à lógica econômica, atendendo aos interesses do mercado. Tais propostas tem se mostrado danosas e são feitas, na maioria das vezes, de maneira arbitrária. Se os professores não são consultados, muito menos pais e alunos. O caso de Goiás é emblemático: para promover uma reforma educacional, o governo lançou em 2011 um projeto que, ironicamente, chama-se “Pacto pela Educação”, um pacto que, como todos sabemos, não houve. Tomando por base esse acontecimento, o nosso trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação, a escola e o ensino marcados pelas estratégias governamentais que, sob o signo da biopolítica, visam reduzir o alunado a recursos humanos condizentes e de acordo com a nova (des)ordem econômica mundial. Se essa é uma questão que merece ser debatida é porque nos permite lançar o seguinte questionamento: no que a escola se tornou ou está se tornando? Ou talvez fosse o caso de levarmos em conta a função que a escola sempre teve desde a sua origem: parte de um processo civilizatório visando a domesticação e a submissão. Para orientar a discussão, partiremos do conceito de biopolítica formulado por Michel Foucault. Inicialmente enfocamos a importância da disciplinarização dos corpos para o capitalismo nascente para logo em seguida pontuarmos o *locus* de uma biopolítica das populações. Em seguida centramos a atenção no que Foucault denominou de governamentalidade entendendo esse termo como um governo característico de nossa contemporaneidade: o neoliberalismo econômico. Enquanto chave de inteligibilidade de todos os âmbitos do conhecimento

interessa-nos discutir tanto o alcance do neoliberalismo econômico quanto o modo como este determina as análises no campo da educação e as possíveis consequências danosas das conexões entre educação, ensino de filosofia, política e vida.

Palavras-chave: biopolítica; ensino de filosofia; Foucault.

Trabalhos no XI Festival de Artes de Goiás / IV Encontro de Filosofia – IFG - Campus Cidade de Goiás

FORMAÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: BREVE ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

Débora Christie Cardoso de Faria³

Faculdade de Filosofia – UFG

adeborafaria@hotmail.com

Rannier Venâncio de Asevedo Silva⁴

Faculdade de Ciências Sociais – UFG

ranier_v.a.s@hotmail.com

Os primeiros conceitos a nortear a teoria da indústria cultural foram pensados por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Ambos, membros da Escola de Frankfurt, lançaram em 1947 a obra *Dialética do esclarecimento*. Nesta, os primeiros estudos acerca da indústria cultural foram publicados em um capítulo chamado “*A indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*”. Ao definir o Iluminismo como um projeto de vontade de dominação da natureza por parte do homem e uma tentativa de volatilizar tudo em pensamento os autores verificam que, na sociedade industrial o esclarecimento que seria proporcionado pela razão regride ao mito. A industrialização ao mesmo tempo em que cria a classe proletária, formada principalmente por migrantes do campo, prepara-se para atender a essa demanda com uma produção de bens de consumo em larga escala. A indústria cultural surge nesse contexto como tentativa de conciliar a razão burguesa e a cultura. O resultado dessa conciliação é a cultura de massas. À luz do panorama da Indústria Cultural o enfoque se centra na formação cultural atrelada a industrialização e à cultura de massas, o que resulta em uma semiformação apoiada em uma semicultura. Logo, a educação no que abrange formação intelectual e moral é comprometida em seu aspecto emancipatório, quando termina por reproduzir a lógica mercadológica que rege a sociedade confirmando a formação de uma semicultura.

Palavras-chave: indústria cultural, semiformação, formação cultural.

³ Débora Christie Cardoso de Faria é estudante do curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade Federal de Goiás e desenvolve uma pesquisa na área de Indústria Cultural e Educação como bolsista do PIBID-Filosofia/UFG/CAPES.

⁴ Rannier Venâncio de Asevedo Silva é estudante do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás. Realiza pesquisas na área de Indústria Cultural e Cultura Popular, além de trabalhar com Folia de Reis.

HIPERTEXTO, CONHECIMENTO, RIZOMA: conexões

Francisco José Porfírio Neto⁵
 Faculdade de Filosofia - UFG
fjporfirio@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo principal propor uma análise do hipertexto digital a partir do conceito de rizoma. Na primeira parte do nosso percurso, buscamos na história e na literatura científica, como se deu o desenvolvimento do hipertexto, desde seu “ancestral”, a enciclopédia, até o hipertexto digital nos dias atuais. Nossa abordagem se inicia com o célebre artigo *As we may think*, publicado pelo físico e matemático norte americano Vannevar Bush em 1945, onde o autor identifica o caráter associativo do pensamento e defende que, caso os sistemas de indexação de informação e conhecimento científico operassem associativamente, permitindo diversos elos entre informações diferentes, ao invés de operarem sequencialmente, progredir-se-ia consideravelmente nos estudos científicos. Prosseguindo a análise, abordaremos o surgimento do termo hipertexto, utilizado pela primeira vez na década de 1960, pelo filósofo norte americano Ted Nelson. Em seus escritos, Nelson utiliza conceitos como “texto elástico”, que se refere a um tipo de texto capaz de se adaptar, podendo sofrer acréscimos ou decréscimos de informações quando necessário. Nelson descreveu as estruturas hipertextuais e como funcionam seus elos de informação. O segundo momento do trabalho consiste na tentativa de atualizar as abordagens propostas pelos autores, por meio de uma conexão com o conceito de rizoma, cunhado por Gilles Deleuze e Felix Guattari na introdução da obra *Mil Platôs*. O conceito de rizoma advém do tipo de raiz e caule de certas plantas, denominadas rizomáticas, onde não há uma única estrutura radicular principal, com segmentos advindos dessa estrutura. No rizoma existem vários caules, vários pontos da planta, e todos estão interconectados, como em uma rede. Para impulsionar o trabalho, podemos pensar a partir do seguinte problema: se o conceito de rizoma diz respeito ao conhecimento nos tempos atuais no qual a fixidez é substituída pela imagem da fluidez, o paradigma rizomático não seria uma via de acesso mais adequada para abordar a função do próprio conhecimento na era digital?

Palavras-chave: hipertexto; rizoma; conhecimento.

A ARTE DE GOVERNAR: o professor seria o “novo pastor” a serviço da máquina estatal?

Túlio Pascal Rios dos Santos
 Graduando em Filosofia na UFG
 Bolsista do PIBID/CAPES
 Email: tulio_pascal@hotmail.com

O que é o governo e como governar são temas que, desde Platão e Aristóteles, a Filosofia tem se ocupado. O governo na Grécia antiga diverge, porém, de outras formas de governo,

⁵ Francisco José Porfírio Neto é licenciando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás, bolsista do PIBID/CAPES e pesquisa novas tecnologias e ensino de filosofia.

como é o caso dos hebreus e da Mesopotâmia. Na Grécia antiga o que se governa são as cidades. Em contrapartida, especialmente entre os hebreus, não se governa estruturas políticas, um Estado, ou um território, o que se governa são os homens. A forma de conduzir os homens surge no Oriente pré-cristão e a estrutura de tipo pastoral irá se desenvolver até a alta espiritualidade cristã sob a técnica da direção de consciência e exame da consciência. Diante do exposto, como parte do objetivo dessa comunicação, a direção de consciência será resgatada em sua forma grega e cristã. Ou seja, pretende-se mostrar que o Estado moderno se configurou a partir das artes de governar da tecnologia do poder pastoral e mantém resquícios quanto à forma de governo da *polis* grega. Diante da nova forma do poder pastoral, é necessário investigar quais profissões poderiam reclamar para si o título de pastor. A partir desses pressupostos o foco da comunicação recai no debate acerca da função do professor de Filosofia. Trata-se de investigar os modos pelos quais o professor de filosofia vem assumindo a sua função, uma vez que o ensino de filosofia está inserido em instituições educacionais nas quais o professor é alguém que está governando outros e ensinando-lhes a governar-se. Desse modo, os professores não apenas dão aulas, mas estão, sobretudo, engajados em *práticas* complexas de autoformação e são essas *práticas formativas* que precisam ser examinadas para que nossa hipótese possa ser confirmada: será que o ensino da filosofia estaria ainda tão ligado às práticas de governo da espiritualidade cristã que o professor apenas molda subjetividades de acordo com a padronização do Estado?

Palavras-chave: poder pastoral; formação de professores; ensino de filosofia.